

2 **Negociações do CNT da construção: grande inquérito no ramo**

3 **Dia 21 de Maio: Greve pelo clima! Por um futuro sustentável!**

4 **Cimeira Social do Porto: por uma Europa social**

Nr. 3 | Maio 2021 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

As lutas sindicais e os movimentos sociais estão ligados

Temos de unir as nossas forças!



A luta das mulheres não é só pelos direitos femininos, mas por igualdade de direitos para todos

Black Lives Matter, greve feminista, greve climática... Fortes movimentos por justiça social estão se formando diante dos nossos olhos. O que significa isto para os sindicatos? Essas lutas sociais não nos separam, fazemos todos parte delas.

Marie Saulnier Bloch

Os movimentos sociais podem unir pessoas de todas as gerações e origens. Eles fazem sentir a força que pode surgir da ação conjunta. Eles mostram o que podemos alcançar quando lutamos juntos. Os sindicatos nasceram com a mesma convicção: defender os interesses de todos os trabalhadores, tanto de forma coletiva como individualmente, deixando claro que não somos instrumentos, mas seres humanos.

Formalmente, as pessoas são iguais, mas cada realidade é diferente. Cada pessoa tem o seu rosto, a sua história, os seus problemas. Para que nos reconheçamos num «nós», há que respeitar e valorizar cada rosto, cada história, os problemas. O que temos em comum é o nosso objetivo e o nosso futuro. Se nós, como sócios de um sindicato, reivindicarmos o fim da desigualdade

e dos lucros às nossas custas, estas reivindicações não podem ser apenas palavras vazias. Quando pessoas são discriminadas por terem uma cor diferente, por serem migrantes, mulheres, negros, jovens, idosos, sans-papiers, homossexuais ou trans, refugiados, todos somos afetados.

Lições da História

Já no século XIX, o intercâmbio entre coletivos feministas e sindicalistas possibilitou criar uma frente comum na luta solidária pela igualdade. No século XX, muitos sindicalistas acreditavam, como a direita xenófoba, que limitar a imigração teria efeitos positivos sobre o emprego e os salários. Mais tarde, o movimento sindical reconheceu o seu erro e começou a organizar migrantes. Os sindicatos aprenderam que os direitos de todos não podem funcionar sem a solidariedade entre colegas.

Em pleno século XXI, ainda nos perguntamos por que o Unia está envolvido no movimento climático. É claro: não há empregos num planeta morto. Não vivemos isolados. A exploração dos trabalhadores e dos recursos da natureza não conhece limites. Com consequências catastróficas para o futuro do nosso planeta.

Movimentos sociais exigem mudança profunda

Temos de romper com este sistema orientado apenas para o lucro de curto prazo em benefício de uma minoria privilegiada. A exploração da natureza e das pessoas motivada por um crescimento económico cego, pelo patriarcado e por imperialismos é um obstáculo a uma sociedade justa, democrática e sustentável. Essa é a mensagem do manifesto «Greve pelo Futuro», que foi publicado no dia 6 de

Abril e que pede uma grande mobilização no dia 21 de Maio. A aliança une o movimento das greves climáticas, sindicatos, grupos feministas e outras organizações da sociedade civil.

Chamamento à sindicalização

Para ligar as lutas, é necessário ligar os recursos. O coletivo das greves climáticas convoca os ativistas a sindicalizarem-se. Coletivos feministas e organizações anti-racistas apelam à solidariedade.

Os sistemas raramente desistem por conta própria: sem pressão externa, seja por meios reformistas ou revolucionários, a justiça social, económica, política e climática não pode ser alcançada. Devemos, portanto, unir as nossas forças!

Editorial



Unidos nas lutas por igualdade e justiça!

Quando eu andava na escola, havia uma história que me fascinava. O rei estava à beira da morte, à sua volta estão os filhos reunidos. Ao lado da cama do rei há dois tabuleiros: um com um ramo de árvore, o outro com um feixe de ramos. O rei pede ao filho mais novo para quebrar o ramo. O filho parte-o sem qualquer dificuldade. Depois o rei olha para todos os filhos e diz: «Peguem agora no feixe e tentem parti-lo». Um após o outro, todos os filhos tentam fazer o que o rei diz. Mas os ramos do feixe não se partem.

Voltei a encontrar esta história muitas vezes noutros contos e com outras figuras: uma mulher velha e sábia, velhos combatentes, defensores da liberdade. A moral da história: Se nos unirmos, ninguém nos parte.

O que significa isto para os tempos de hoje, marcados por separações, discursos ideológicos, pelo muito falado conflito geracional, pela política de acusações para com migrantes, destruição do meio ambiente em nome do bem-estar e do crescimento económico, individualização da sociedade?

Como juntar as forças com sucesso para conseguirmos uma sociedade solidária, ecológica e social, é o que queremos tematizar continuamente no Horizonte. E podemos começar já no dia 21 de Maio, no dia de ações pela protecção do ambiente. E no dia 14 de Junho queremos protestar contra a discriminação das mulheres, entre elas muitas migrantes. A luta feminista pela igualdade salarial e de direitos é também uma luta por mais direitos para as mulheres migrantes. Contamos com a vossa solidariedade!

Hilmi Gashi

Notícias breves

Os acordos bilaterais têm de ser úteis para os trabalhadores

Após a reunião do Presidente suíço, Guy Parmelin, com a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, realizada a 23 de Abril, a questão da protecção salarial no acordo-quadro continua por resolver. A posição da União de Sindicatos Suíços (USS) é clara: os acordos bilaterais devem beneficiar os trabalhadores – tanto na Suíça como em toda a Europa. Para isso, é necessário uma protecção salarial eficaz e um serviço público garantido. A USS continuará a trabalhar com os sindicatos europeus no sentido de assegurar que a protecção salarial seja melhorada em toda a Europa. E que o serviço público não seja sacrificado à lógica do mercado.

Condições de trabalho seguras e salários decentes na formação de adultos!

A formação contínua desempenha um papel fundamental na superação da crise provocada pelo coronavírus. No entanto, um estudo encomendado pelo Unia mostra que o sector está sob pressão e as condições de trabalho de professores do sector privado se estão a deteriorar. Estes docentes aprovaram uma resolução exigindo melhores condições de trabalho. Uma formação de qualidade requer recursos suficientes para as instituições que disponibilizam os cursos, bem como condições de trabalho seguras e decentes para os professores. O sistema de adjudicação de concursos públicos não deve conduzir à precariedade dos formadores de adultos!

100 personalidades solidarizam-se com os correios DPD

Em meados de Abril, 100 personalidades suíças dirigiram-se ao gerente da DPD Suíça e exigiram respeito pelos trabalhadores. A carta aberta pode ser assinada online. O Unia regozija-se com o forte apoio da sociedade às preocupações do pessoal de entrega de encomendas. Exige ao DPD conversações imediatas para discutir como é que a empresa pretende pôr fim às violações da lei. Além disso, os salários pelo trabalho gratuito, realizado no passado, têm de ser pagos aos motoristas.

Aproveitar a oportunidade para uma política familiar sustentável

Seguindo a Comissão para a Ciência, Educação e Cultura do Conselho Nacional, também a comissão correspondente do Conselho de Estados quer agora reforçar o compromisso financeiro da Confederação para a criação de mais creches e ATLS. A USS congratula-se com o facto de as comissões apoiarem a iniciativa parlamentar para a consolidação da ajuda financeira federal para cuidados a crianças e exige que o compromisso federal defina também critérios relacionados com qualidade e condições de trabalho.

Prémio de investigação científica para temas relacionados com «trabalho»

Os institutos de sociologia das Universidades de Basileia e Friburgo atribuíram pela primeira vez prémios a jovens investigadores em «Sociologia do Trabalho, Relações Industriais e Investigação Sindical». Os prémios foram patrocinados pelo sindicato Unia. A cerimónia de entrega de prémios realizou-se online, a 16 de Abril. No seu discurso, Vania Allea, presidente do Unia, elogiou os três trabalhos. As conclusões de tais estudos podem ser importantes para o sindicato. Um dos trabalhos premiados, «Bleiberecht» in der Gastro-Küche», de Jacqueline Kalbermatter, aborda a situação de estadia insegura de refugiados que trabalham nas cozinhas de restaurantes.

Trabalhadores da construção escolhem reivindicações para o CNT Unia realiza grande votação na construção

No início de 2022 começam as negociações para o novo contrato colectivo nacional de trabalho do sector da construção (CNT). A renegociação do CNT é uma oportunidade para analisar os problemas urgentes da construção e para conseguir melhorias. Os trabalhadores do sector escolhem agora as suas reivindicações mais importantes.

Chris Kelley

Não importa para onde se olha: apesar da pandemia ainda se constrói muito. Há 80 000 trabalhadores no sector principal da construção. Os seus salários e condições de trabalho são regulados pelo CNT. Este contrato colectivo de trabalho é negociado entre os sindicatos/ trabalhadores da construção e a Sociedade Suíça de Empresários da Construção (SSEC). Em nenhum outro sector existem tantos trabalhadores filiados num sindicato como na construção. Isto nota-se: juntamente com o Unia, os trabalhadores do sector conseguiram lutar por muitas conquistas importantes agora incluídas no CNT.

Aumento de stress e de pressão

Mas o sector está a mudar e cada vez há mais problemas. Os prazos são calculados de forma cada vez mais apertada, por isso o stress e a pressão para cumprir prazos aumentaram consideravelmente. Isto não só afecta a qualidade do trabalho, mas sobretudo a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Trabalhadores da construção votam

São justamente estas questões que têm de ser abordadas nas negociações do próximo ano. Porque os trabalhadores precisam e merecem mais protecção. É por isso que o Unia lançou uma grande votação, actualmente a decorrer em estaleiros de construção de toda a Suíça. Precisamos de menos horas extraordinárias? Mais e melhores controlos? Tempo de deslocação pago na totalidade? Os trabalhadores da construção determinam as suas prioridades de entre um total de 11 reivindicações.

Lutar juntos

Nada é oferecido aos trabalhadores. Só conseguem algo se se mantiverem unidos. Vozes da SSEC já anunciaram que querem piorar as condições de trabalho. Vamos ter de travar uma luta dura. Uma vez determinadas as reivindicações mais importantes, é decisivo que os trabalhadores lutem para que elas se tornem uma realidade.

Também trabalha na construção civil? Neste caso vote aqui: www.unia.ch/cn2022. Todos os votos contam!



Na construção civil, há cada vez mais stress e pressão para o cumprimento de prazos

Dia Internacional da Enfermagem

Melhor reconhecimento para o pessoal de enfermagem

Por ocasião do Dia Internacional da Enfermagem, celebrado a 12 de Maio, o Unia e os prestadores de cuidados de saúde exigem de políticos e empregadores boas condições de trabalho. Estes profissionais merecem-nas!

Hilmi Gashi

A pandemia pôs em evidência e agudizou os problemas que se vêm arrastando há anos no sector de enfermagem e de cuidados. O stress e o esgotamento laboral estão na ordem do dia. Há uma grave escassez de pessoal e quem está ao serviço está sobrecarregado, muitos trabalhadores adoecem ou abandonam a profissão. Os salários não correspondem à elevada responsabilidade que estes profissionais têm. Por isso, o pessoal de enfermagem exige mais respeito e que a sua profissão, predominantemente exercida por mulheres, seja finalmente valorizada!

Mais do que nunca são necessárias boas condições de trabalho

Só é possível garantir bons cuidados de saúde, de elevada qualidade, com pessoal suficiente e que este possa e queira exercer a sua profissão a longo prazo.

Para o conseguir, o trabalho nos cuidados prolongados terá de se tornar mais atractivo. O modelo de financiamento do ramo tem de ser baseado em critérios de bons cuidados de saúde e não na eficiência e rentabilidade.

O pessoal de enfermagem e o Unia exigem:

- Reforço da protecção da saúde depois da crise
- Que se invista no pessoal: mais formação contínua remunerada a todos os níveis, mais pessoal e melhores salários
- Financiamento solidário e justo que possibilite boas condições de trabalho para que haja bons cuidados
- Um claro Sim à «Iniciativa pelos cuidados de saúde»!



O pessoal da saúde deve ter boas condições de trabalho

Aumenta o racismo no mundo do trabalho e no dia-a-dia

Solidários contra o racismo!

Tratamento desigual na procura de emprego e no local de trabalho: exclusão, bullying, insultos e preconceito. Esta é uma realidade na Suíça: todos os dias acontecem numerosas discriminações raciais. Podemos e devemos agir.

Marie Saulnier Bloch

«O Sr. M. trabalha para uma construtora, onde é insultado com termos racistas pelos colegas de trabalho. Além disso, o Sr. M. não foi devidamente introduzido ao seu trabalho e é excluído pelos colegas». Este é um dos exemplos do actual relatório 2020 da rede de aconselhamento para as vítimas de racismo (pode ser descarregado em francês, italiano ou alemão: www.network-racism.ch).

Não se trata de caso único

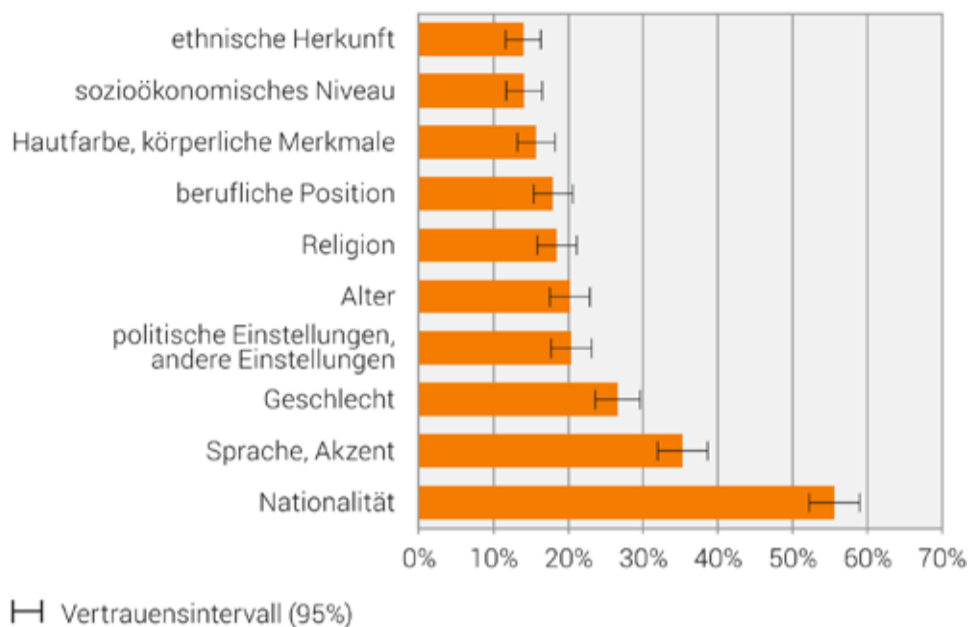
A situação do Sr. M não é única. É um exemplo entre centenas de milhares. Apesar de haver tantos casos, só poucas centenas são registadas. Porquê?

O relatório admite que está é apenas a ponta do iceberg. Muitos casos passam despercebidos porque não são denunciados. Muitas pessoas têm medo de pedir aconselhamento porque temem, por exemplo, que a sua estadia na Suíça seja colocada em perigo ou que isso possa piorar a sua situação.

Outro motivo talvez seja o facto de aceitarem determinada prática ou norma. Às vezes, não temos consciência de que estamos discriminando alguém ou sendo discriminados. Ou às vezes somos derrotistas. Dizemos que «é assim em todo o lado», «não há provas, não se pode fazer nada», «não é da minha conta».

Diskriminierungsgründe, 2020

Anteil der Bevölkerung, die sich als Opfer in der Schweiz bezeichnet



Quelle: BFS – ZidS-2020, Erhebung zum Zusammenleben in der Schweiz © BFS 2021

Na carta aberta, as mulheres exigem que deixem as suas reformas em paz!

Combater o racismo diz respeito a todos

O relatório é útil porque confirma o que nós, como sindicato, dizemos: a maior parte das discriminações ocorre no local de trabalho e costuma ser múltipla. A rejeição racista, a discriminação nas autorizações de residência e o sexismo estão muitas vezes relacionados.

As discriminações podem ser reduzidas. O pré-requisito é que cada um de nós tome consciência dos mecanismos que as causam e que sejamos solidários e unidos, sabendo que se o meu colega for afetado, eu também sou afetado. E se eu for afetado, meu colega também é afetado. Divisões entre os trabalhadores beneficiam os chefes. Temos de acabar com as discriminações!

Votação a 13 de Junho de 2021: Lei antiterrorismo

A nova lei viola os direitos fundamentais

Em Setembro do ano passado, o Parlamento suíço aprovou uma nova lei relativa a medidas policiais para a luta contra o terrorismo (MPT/PTM). O problema é que esta lei não respeita os valores constitucionais na Suíça: ela viola o princípio da presunção de inocência. Até crianças de 12 anos podem ser visados pela polícia. Por estes motivos, foi lançado um referendo, que irá ser submetido a votação no próximo 13 de Junho.

Marek Wieruszkeski

Todas as pessoas são consideradas inocentes até que seja provado o contrário. Este é o princípio da presunção de inocência e um dos pilares fundamentais de qualquer sociedade democrática baseada no estado de direito. Precisamente este princípio é suprimido da nova lei, sendo substituído pela chamada «presunção de perigosidade». A polícia, e não os juizes, como deve ser num estado de direito, decidirão se uma pessoa é classificada como perigosa.

Segundo a lei, pessoas que difundam «medo e terror» podem ser classificadas como «terroristas em potência» pela polícia. Mesmo que nada tenham feito de ilegal. Quem decide sobre se uma declaração, o cartaz numa manifestação ou um comentário nas redes sociais difunde medo e terror, são os agentes de polícia. Se chegarem a tal conclusão, podem adoptar medidas drásticas contra essas pessoas, sem qualquer controlo judicial.

Prisão domiciliária a partir dos 15 anos

Medidas como prisão domiciliária, proibição de contactos, proibição de sair do país e sérias restrições de movimento entram imediatamente em vigor, sem controlo judicial. E também podem ser impostas a menores a partir dos 12 anos (prisão domiciliária a partir dos 15). Esta é uma clara violação da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança.

ONU e juristas advertem

Juristas suíços criticaram duramente a lei e advertem para os perigos de arbitrariedade e para a incompatibilidade com as obrigações da Suíça em matéria de direitos humanos. Representantes especiais da ONU para os Direitos Humanos também se pronunciaram no mesmo sentido.

Nós da Unia-Migração fazemos a partir do Horizonte um chamado às pessoas com direito de voto para que no dia 13 de Junho digam «NÃO» a esta lei que não respeita os direitos humanos. Mais informações: www.willkuerparagraph.ch

Entrevista



Strike for Future! Greve pelo futuro!

O movimento pelo clima é recente, bem organizado e cresce a um ritmo acelerado. Os sindicatos começaram a solidarizar-se com ele muito cedo. O movimento entrará na próxima ronda a 21 de Maio, com o dia de acções «Strike for Future» (greve pelo futuro ou pelo clima). Peppina Beeli é responsável pela campanha do Unia sobre «Reconversão ambiental e social e greve pelo clima» e o Horizonte falou com ela.

Peppina, porque é que este dia de greve e de acções é importante para os trabalhadores?

Os trabalhadores são afectados de diferentes formas pela crise climática e pela transformação ecológica. Alguns são directamente afectados pelo aquecimento climático no seu local de trabalho, outros trabalham em sectores nocivos para o clima e vão ser confrontados com a perda e a insegurança no emprego. Assim, os trabalhadores destes diversos sectores, e é precisamente neles que trabalham muitos migrantes, têm de enfrentar novos receios e desafios devido à crise climática e à reconversão ecológica da economia. Quanto mais visível for a participação dos trabalhadores no movimento climático, mais evidente se torna a problemática dos empregos e que a reconversão ecológica só funcionará se for acompanhada por uma reconversão económica e novos modelos sociais. Um exemplo é a necessidade de uma garantia estatal de que ninguém fica desempregado devido à crise climática.

Qual é o papel dos sindicatos na greve pelo clima?

A crise climática tem muito a ver com questões de distribuição de recursos. Os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por 50% das emissões de gases com efeito de estufa. Os sindicatos têm de assegurar que a reconversão ecológica não venha a ser paga por aqueles que têm a menor responsabilidade pela crise, mas sim aqueles que a originam e dela beneficiam. Não podemos permitir que as medidas para evitar a crise climática signifiquem em primeiro lugar novos encargos para os trabalhadores. Relacionada com isto está a questão do financiamento dos próximos grandes investimentos para a protecção do clima. Nós defendemos que estes devem ser financiados, por exemplo, através da tributação dos dividendos e heranças. Além disso, os sindicatos desempenham, na minha opinião, um papel importante no reforço da participação dos trabalhadores. Nos países anglo-saxónicos, por exemplo, existem contratos colectivos de trabalho que protegem os trabalhadores que divulgam condutas prejudiciais para o clima por parte dos empregadores ou que se recusam a fazer trabalhos que violam as leis ambientais.

Qual é o teu papel na colaboração com o movimento pelo clima e como é o teu trabalho no dia a dia?

Asseguro o fluxo de informação entre o movimento «Strike for Future» e as nossas comissões e conferências profissionais, bem como com as nossas regiões. É interessante que cada vez há mais pessoas nos grupos de trabalho da greve pelo clima interessadas em questões sindicais tradicionais. Ainda recentemente, o movimento «Strike for Future» apelou à filiação nos sindicatos. Ao mesmo tempo, sinto um grande interesse por parte dos nossos sócios no tema da crise climática. É possível que se esteja aqui a formar uma nova aliança social que pode continuar forte depois do 21 de Maio.

Como é que os sócios do Unia podem participar na «Strike for Future» de 21 de Maio?

Todas as regiões têm um responsável pela campanha Strike for Future. Quem quiser participar, tem de contactar a sua região. É importante que muitas pessoas participem, pelo futuro de todos nós.

Julius Kopp



Pergunte, que nós respondemos

Mãe doente: Posso tirar dias livres para cuidar dela?

A minha mãe está doente. Ela ainda mora sozinha em casa. Eu gostaria de cuidar dela e, por esta razão, tirar dias livres. Posso fazê-lo?

Regula Dick: Sim. Desde 1 de janeiro de 2021 existe o direito a uma ausência de curta duração do trabalho para cuidar de familiares doentes ou acidentados. É permitido um máximo de 3 dias por ocorrência e é necessário apresentar um atestado médico. Isto aplica-se a parentes em linha ascendente e descendente, isto é, pais e filhos. O mesmo aplica-se a sogros, irmãos e parceiros, mas apenas se viverem na mesma casa há pelo menos cinco anos. A empresa deve-lhe o salário durante a ausência de três dias. Pode tirar no máximo 10 dias livres por ano para este fim, a menos que se trate de seus filhos, a quem o limite de dias não se aplica. O direito à ausência de curta duração decorre do art.º 329h do Direito das Obrigações e do art.º 36 parágrafos 3 e 4 da Lei do Trabalho. No caso de filhos, passados os três dias, pode ainda haver direito à continuação do pagamento do salário com base no art.º 324a do Direito das Obrigações, porque existe a obrigação legal de cuidar deles.

(Work, 19.03.2021)

Reforma por invalidez: Tenho de pagar contribuições à AHV-AVS?

Há muito tempo que estou impedido de trabalhar devido a uma doença grave e, portanto, inscrevi-me no seguro por invalidez (IV-AI). Este informou-me agora que receberei uma reforma por invalidez retroativamente a partir de 1 de janeiro de 2020. Tenho de fazer descontos da pensão de invalidez para a AHV-AVS?

Regula Dick: Sim. Qualquer pessoa que receba pensão de invalidez tem de continuar a quotizar para a previdência social. Deve fazer descontos na qualidade de não trabalhador e registar-se no escritório cantonal de compensação ou no escritório da autoridade do seu local de residência. A obrigação de quotizar só termina quando atingir a idade normal de reforma e se não trabalhar. A idade normal de reforma é 65 anos para homens e 64 para mulheres. Como pessoa inativa, só não tem de fazer as suas quotizações se for casado e o seu cônjuge estiver empregado e fizer descontos de pelo menos CHF 1006 ao ano.

(Work, 19.03.2021)

Coronavírus: Redução de férias por doença do patrão?

Sou aprendiz de carpinteiro no primeiro ano de formação profissional. Minha firma é muito pequena, além do meu chefe, só trabalha lá mais um funcionário. Na semana passada, o meu chefe estava em isolamento por causa do coronavírus e o meu colega estava de férias. O patrão informou-me por telefone que a empresa ficaria fechada e que eu não teria que comparecer ao trabalho nessa semana. Agora, descontaram-me uma semana de férias. Isto está correto?

David Aeby: Não. Se a empresa tiver de ser fechada por motivos imprevisíveis e o empregador não puder aceitar o trabalho realizado pelo trabalhador, ele fica em «falta de aceitação». Estes fechamentos imprevisíveis fazem parte do risco do empregador, que não podem ser passados para os trabalhadores. Em caso de falta de aceitação, o empregador deve continuar a pagar os salários sem que o trabalho tenha de ser feito mais tarde. Para que a empregador esteja efetivamente em falta, os trabalhadores devem oferecer o seu trabalho, ou seja, informá-lo (por motivos de prova, de preferência por escrito ou por e-mail) que pretendem trabalhar. Somente se o empregador tiver expressamente renunciado aos serviços do trabalhador ou se as circunstâncias mostrarem que o empregador não está em condições de aceitar o trabalho oferecido é que o dever de oferecer o trabalho deixa de se aplicar. No seu caso, foi informado que a firma ficaria fechada. Nessas circunstâncias, não precisa de oferecer o seu trabalho e, com base no art.º 324 do Direito das Obrigações, tem direito ao salário durante a semana em que a firma esteve fechada. Não lhe podem deduzir nenhum dia de férias.

(Work, 01.04.2021)

**Revisão do regulamento sobre a retenção na fonte
Regulamento fiscal atormenta os migrantes**

De repente, os migrantes desempregados têm até 500 francos a menos na carteira. Por mês! Por trás disto está a administração fiscal federal.

Johannes Supe, *workzeitung*, 1 de Abril 2021 (adaptado)

Por exemplo: Giuseppe I.*: pai de três filhos, está desempregado. No entanto, paga impostos através de retenção na fonte como quase todos os estrangeiros que não têm autorização de residência permanente. Em Dezembro do ano passado, Giuseppe pagou 8.65 francos de impostos. Em Janeiro de 2021, a administração fiscal exigiu-lhe de repente 238.05 francos. O mesmo aconteceu a Rika L.*, que tem dois filhos e anda à procura de emprego. As suas deduções aumentaram de menos de 40 francos para mais de 600 francos. O que aconteceu?

Lógica burocrática

Em Janeiro de 2021, entrou em vigor o regulamento revisto sobre a retenção na fonte. O objectivo era otimizar os procedimentos. Mas o problema é que o que facilita os cálculos às autoridades complica a vida dos migrantes desempregados com filhos.

Até agora, as deduções para filhos eram

tidas em conta nos impostos. Mas agora a administração fiscal está a agir como se essas deduções não existissem. Resultado: em 2020 fazia-se pequenas retenções na fonte, agora são várias centenas de francos. Isto deve-se à «categoria fiscal G», que abrange os desempregados. No final do ano, os contribuintes poderão requerer o reembolso

das deduções feitas a mais. Mas as crianças não podem esperar pelo fim do ano para serem alimentadas e vestidas. Além disso, os desempregados com retenção na fonte são agora tributados com base no seu salário anterior, em vez de com base no subsídio de desemprego, que é mais baixo. Isto também afecta pessoas que tenham vários empregos. A União de Sindicatos Suíços (USS) intercedeu junto da administração fiscal. Com êxito: pelo menos, estes montantes pagos em excesso devem ser reembolsados até Maio.

Efeitos indesejados

A Secretaria de Estado para a Economia (Seco) está consternada com os efeitos da revisão. Estão agora a trabalhar em «soluções para o futuro imediato e a longo prazo». Ainda não é claro se será necessária uma revisão da revisão do regulamento da retenção na fonte.

* Nomes alterados



Presidência portuguesa da União Europeia

A caminho do Pilar Europeu de Direitos Sociais

A Cimeira Social da União Europeia, realizada a 7 de Maio no Porto, é o grande momento da Presidência portuguesa da União Europeia, que decorrerá ainda até finais de Junho. No centro da Cimeira está o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, bem como o correspondente Plano de Acção. O que é o Pilar Europeu dos Direitos Sociais? Porque é que a Cimeira Social é importante?

Marília Mendes

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS)

Aprovado pelos 27 estados-membros da União Europeia em Göttingen em 2017, o PEDS é constituído por vinte princípios que todos os estados-membros deverão aplicar para construir uma Europa mais social, justa, equitativa e solidária. Destacando o slogan «Uma Europa social forte dá prioridade às pessoas e ao seu bem-estar», a UE apresentou agora um Plano de Acção contendo medidas e metas concretas para a implementação do PEDS. Na Cimeira Social do Porto, as instituições comunitárias, os estados-membros e os parceiros sociais discutiram o Plano de Acção, comprometendo-se com medidas concretas para que as suas três principais metas sejam concretizadas até 2030: 78% da população adulta deve estar empregada; 60% dos trabalhadores devem ter todos os anos acesso a formação contínua e de valorização profissional; e 15 milhões de cidadãos na UE saem de situações de pobreza e exclusão social.

Princípios e objectivos do PEDS

Os vinte princípios do PEDS agrupam-se em três capítulos, que englobam as áreas de acção e podem ser vistos como os objectivos orientadores do pilar: «Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho», «condições de trabalho justas», «proteção e inclusão sociais». Encontra informações aqui: <https://bit.ly/3ujAFnT>.

Mesmo antes da discussão do Plano de Acção, a Comissão Europeia já tinha começado a apresentar propostas legislativas para possibilitar a implementação do pilar. Assim, por exemplo, está actualmente em discussão a «Directiva para um salário mínimo europeu», que não só reforçará os salários mínimos, mas também a contratação

colectiva na UE (se aprovada na actual forma, a directiva prevê que 70% das relações laborais deverão estar cobertas por um contrato colectivo de trabalho, levando a que a cobertura aumente na maior parte dos países da UE).

Sinal de mudança para uma EU mais social?

Esta parece ser uma União Europeia diferente da UE da austeridade, que levou, p. ex. às draconianas medidas de austeridade impostas a Portugal e a outros países após a crise financeira de 2008 e que teve gravíssimas consequências económicas e sociais nestes países. Neste sentido, o PEDS e a Cimeira do Porto representam para alguns uma janela de oportunidade no sentido de uma mudança de direcção para uma UE mais social. Também nesse sentido aponta o Plano de Recuperação Económica da União Europeia, criado em reacção à crise provocada pela pandemia «para ajudar a reparar os danos económicos e sociais, impulsionar a recuperação europeia, proteger e criar postos de trabalho» (informações em <https://bit.ly/3ea6fhY>). Mas também há vozes críticas, porque as medidas não vão suficientemente longe para uma mudança social efectiva, não há medidas concretas de combate à precariedade e vulnerabilidade no trabalho, a implementação prática é pouco concreta, falta mais vontade política para a implementação.

Enquanto parceiros sociais, os sindicatos europeus participam na discussão. Porque os momentos de crise podem ser uma oportunidade para inovações e melhorias sociais. Os sindicalistas europeus esperam que a Europa saiba aproveitar esta oportunidade e estão a fazer todos os esforços para melhorar as medidas nesse sentido.